

APRESENTAÇÃO

Estamos, afinal, publicando o volume 65 da Revista de Direito, ou seja, o quarto durante o Governo Sérgio Cabral. Em seguida vamos publicar um volume apenas com o índice, que há muito não é atualizado. Tivemos ao longo do período grandes vitórias, que costumam ser espelhadas no conteúdo da Revista. Nela são publicados os principais pareceres, algumas petições de grande interesse, além de artigos de doutrina sobre matérias que estão sendo discutidas no mundo jurídico.

A Procuradoria está em vias de mudar de endereço. As obras de reforma do imóvel situado na Rua do Carmo, nº 27, vão terminar e esperamos começar o ano que vem, na nova sede, planejada para acolher todos os servidores que trabalham na cidade do Rio de Janeiro, nela devendo ser instalada, inclusive, a Procuradoria da Dívida Ativa, que nunca pôde funcionar no edifício da Rua Dom Manuel, dada a exigüidade do espaço.

No ano de 2010 foi possível inaugurar as sedes de Itaperuna e de Angra dos Reis; esta, após sofrer grande reforma, de vez que o imóvel, embora pertencente ao Estado, estava inabitável. Adquirimos, ainda, as sedes para Volta Redonda e Barra do Piraí. A sede de Petrópolis depende de ações de desapropriação ainda em curso e a compra de nova sede para Caxias, Niterói e Macaé será projeto dos próximos quatro anos. As demais procuradorias regionais já estão instaladas em prédios próprios, assim como a Procuradoria na Capital Federal.

Aproveitando a grande oportunidade que nos foi dada, em um contexto em que pudemos ter novos Procuradores (durantes esses quatro anos realizamos e demos posse a dois Concursos para Procuradores do Estado, o 15º e 16º), a Procuradoria tem se modernizado, a fim de enfrentar a grande massa de processos novos e as grandes questões que vem sendo colocadas em face do Estado do Rio de Janeiro. Nesses últimos quatro anos, além dos dois concursos para Procuradores, fizemos um concurso para servidores do quadro

de apoio, dois concursos para residentes jurídicos e nove concursos para estagiários. A Casa passou por uma grande renovação, o que, certamente, vai nos ajudar a responder às demandas da sociedade, que pretende receber do serviço público uma resposta eficiente aos problemas existentes no Estado.

Neste quadro, estamos trabalhando para modernizar a gestão da Procuradoria, com a utilização de instrumentos mais ágeis e cientes de que, cada vez mais, o resultado do trabalho depende de uma tecnologia de informação adequada.

Para mim foi uma alegria permanente conduzir a Procuradoria durante esses quatro anos, no primeiro mandato do Governador Sérgio Cabral.

A atuação da Casa, nesse período, destacou-se pelo apoio dado ao Governo em projetos de enorme relevância para a população e para a economia do Estado do Rio de Janeiro. Assim, todos os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento desenvolvidos no Estado demandaram o trabalho dos procuradores na realização de desapropriações, licitações, contratos e convênios.

Destacam-se, ainda, o aumento de arrecadação da dívida ativa (crescimento de 177% em relação ao ano de 2006, já descontada a anistia); a manutenção da Lei nº 5.346, de 2008, conhecida como a Lei de Cotas, e da Lei nº 5.517, de 2009, que proíbe o fumo em locais e estabelecimentos abertos ao público; as vitórias obtidas nas ações contra algumas distribuidoras de combustíveis que insistem em não pagar tributos e nas ações que tentam impedir a modernização do Estado, inclusive contra licitações na área do transporte público; e a retomada de imóveis do Estado e do Rioprevidência retidos indevidamente por particulares. Tivemos ainda um expressivo aumento de arrecadação do ITD (cerca de 124%) e, no ano de 2010, conseguimos receber valores expressivos de ICMS que estavam sendo objeto de contestação no Poder Judiciário, a exemplo dos R\$436.000.000,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões de reais) relativos àquele imposto que incidiu sobre a Plataforma 36, da Petrobras, que sofreu um acidente, com perda total, no litoral de Macaé.

Não posso deixar de manifestar, também, a satisfação que tenho de trabalhar sabendo que o Estado retomou nos últimos quatro anos, de forma muito ativa, o pagamento dos precatórios judiciais. Embora ainda exista um estoque a ser pago, o avanço que houve nesta área foi expressivo e com grande participação da Procuradoria, que sempre enfatizou a necessidade de dar cumprimento às medidas judiciais e trabalhou com afinco para que o atendimento das demandas fosse o mais rápido possível.

* * *

As atividades acadêmicas organizadas pelo Centro de Estudos Jurídicos incluíram as palestras do Procurador André Cyrino, sobre “Análise Econômica do Direito e Regulação Econômica”, e do Desembargador Alexandre Freitas Câmara, sobre “Precedentes Judiciais”. O então Presidente do Rioprevidência, Wilson Risolia, nos apresentou “A Realidade do Sistema Previdenciário do Estado do Rio de Janeiro”.

Por ocasião da aprovação da nova lei do mandado de segurança, tivemos as exposições dos Procuradores Elias Gazal Rocha e Tatiana Simões dos Santos. Também no campo das inovações legislativas, em área bastante sensível para o Estado, o Procurador Alexandre Santos de Aragão comentou “O Marco Regulatório do Pré-Sal”.

Foi nosso convidado Thiago Sombra, Procurador do Estado de São Paulo, que abordou o tema “O Supremo Tribunal Federal e a Eficácia dos Direitos Fundamentais entre Particulares”. Em conjunto com a APERJ, promovemos a conferência do professor Vladimir Passos de Freitas, Desembargador Federal do TRF da 4ª Região, que falou sobre “Tráfego de Veículos e Poluição: um assunto ainda estranho ao Direito Ambiental”.

O professor Gustavo Justino de Oliveira, da Universidade de São Paulo, e o saudoso Procurador Marcos Juruena Villela Souto foram palestrantes no seminário sobre “Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”, no qual foi homenageado o eminente Procurador Francisco Mauro Dias.

Recebemos também a honrosa visita do Ministro Teori Zavascki, do Superior Tribunal de Justiça, que dissertou sobre os “Recursos Repetitivos”.

Tivemos dois visitantes estrangeiros. O professor David Nathan Cassuto, da Pace University, de Nova York, falou sobre o “Direito das Águas (*Water Law*)”. O professor José Casalta Nabais, de Coimbra, versou “O Estado Fiscal e o Direito Ambiental”.

Os nossos jovens processualistas Claudio Roberto Pierrucetti Marques, Elias Gazal Rocha, Marco Antonio dos Santos Rodrigues, Nicola Tutungi Junior, Sergio Pimentel Borges da Cunha e Tatiana Simões dos Santos, todos Procuradores do Estado, destacaram-se por apresentar sugestões ao Projeto de Novo Código de Processo Civil, tendo o CEJUR posteriormente oferecido um *workshop* para discutir o texto projetado.

* * *

Sendo impossível agradecer a cada um daqueles que trabalhou comigo nesse período, quero deixar expresso que nada poderia ser feito sem a participação permanente, presente e bem humorada dos subprocuradores-gerais Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Henrique Rocha, Sérgio Eduardo dos Santos Pyrrho e Leonardo Espíndola. A ajuda, solidariedade e companheirismo de Régis Velasco Fichtner Pereira foram, por seu lado, inestimáveis. Acho que tive muita sorte! Muito Obrigada.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2010.

LUCIALÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado